

Universidade, desenvolvimento e modernização no Mato Grosso: uma reflexão sobre o campo político

University, development, and modernization in Mato Grosso: a reflection on the political field

Tiago Alinor Hoissa Benfica
Professor na SEDUC-MT, Brasil
tiagoalinor@gmail.com

Resumo

As universidades públicas do estado Mato Grosso são o objeto deste trabalho. Elaborou-se uma narrativa cronológica linear das primeiras iniciativas de criação de escolas de ensino superior, contemplando-se as que ocorreram no atual Mato Grosso do Sul, para, em seguida, centrar as atenções sobre Mato Grosso no período da divisão do Estado, de 1977. No decorrer do trabalho, opera-se uma análise dos discursos que associam às universidades um papel de promoção do desenvolvimento e modernização regional nas esferas econômicas e sociais, na intenção de demonstrar os limites desse tipo de discurso ideológico. Este trabalho é um recorte da tese de doutorado da autoria, intitulada *História e Universidade*, e, ainda neste trabalho, são contempladas reflexões dirigidas à expansão da UFMT e da UNEMAT rumo o interior do Estado, sobretudo, o espaço que diz respeito à Amazônia norte-mato-grossense.

Palavras-chave: Ensino Superior; História Regional; Política Educacional.

Abstract

The public universities of the State of Mato Grosso are the object of this work. A linear, chronological narrative of the first initiatives of creation of higher education schools was elaborated, contemplating those that occurred in present-day Mato Grosso do Sul, and then focused attention on Mato Grosso in the period of the division of the State, 1977. In the course of the work, an analysis of the discourses that associate universities with a role of promoting regional development and modernization in the economic and social spheres is operated, to demonstrate the limits of this type of ideological discourse. This work is a part of the doctoral thesis of authorship, entitled *History and University*, and, still in this work, reflections directed to the expansion of UFMT and UNEMAT towards the interior of the State are contemplated, especially the space that concerns the North-Mato Grosso Amazon.

Keywords: Higher Education; Regional History; Educational Politics.

1. INTRODUÇÃO

Modernização e desenvolvimento são palavras que possuem um sentido praticamente idêntico no jargão político brasileiro. Nos campos político e econômico, elas costumam ser evocadas com um sentido negativo, isto é, para contrastar uma falta, a do desenvolvimento, perante um objeto comparado. Desse modo, o Brasil já foi classificado como um país atrasado, subdesenvolvido, de terceiro mundo, no século XX, e, nas primeiras décadas do século XXI, essa

falta se converte para um sentido positivo: país em desenvolvimento. Internamente, nosso país apresenta diversidade regional, em que as comparações entre os Estados da federação ganham relevância. Hoje, no caso de Mato Grosso, o nível de modernidade que alcançou o agronegócio, talvez seja o maior orgulho da sua economia, de acordo com os discursos políticos hegemônicos; claro que mediante a ocultação dos impactos ambientais causados pelo latifúndio monocultor. De fato, tal representação positiva consolidou-se nos anos 2000, e destaca-se a partir do desenvolvimento da tecnologia da correção do solo para a plantação da soja na Amazônia mato-grossense, processo esse que se iniciou no final do século XX.

Se hoje o agronegócio se apresenta como agente modernizador de Mato Grosso, sobretudo no cerrado e na Amazônia, até meados do século XX; o mais comum era se referir ao estado como um local atrasado. As representações negativas referentes à identidade mato-grossense foram contempladas no trabalho de Lylia Galetti (2000), que analisou a ótica dos discursos por ela classificados como “estigma da barbárie”, feitos pelos próprios mato-grossenses e por viajantes. Internamente, no Estado, observam-se estigmas regionais que parecem se voltar a uma disputa acerca da identidade coletiva a fim de barganhar recursos públicos, a partir do século XX. Ou seja, os discursos que apontavam o atraso, para o “desenvolvimento” da região, convertiam-se em chances de se promoverem bons negócios.

O Brasil já se acostumou a referenciar os termos modernização/desenvolvimento atrelado, exclusivamente, ao campo econômico; uma vez que a ideia de civilização e evolução das relações sociais foi relegada a segundo plano. Mesmo os ideais positivistas parecem ter sido satisfeitos e limitados aos desejos de conquista de terras indígenas,¹ o que decorreu na atração, ou até mesmo eliminação de sociedades tradicionais, e assim favoreceu as estratégias da expansão da fronteira agrícola.

Mato Grosso atrelou o discurso sobre desenvolvimento às atividades extrativistas, como, por exemplo, o garimpo, a extração da madeira, o cultivo agrícola e a criação de bovinos. Dessas atividades, a agricultura foi a que mais demandou investimentos, e para isso, havia a necessidade de mão e obra técnica qualificada. Paralelamente, o terceiro setor, ou setor de serviços, apresentava demanda de mão de obra treinada em instituições escolares para a formação de profissionais específicos, e foi justamente essa necessidade que, primeiramente, foi atendida. Os profissionais mais bem remunerados e possuidores de capital social², eram aqueles que conseguiam formação no

¹ Para mais informações sobre o olhar dos positivistas perante os indígenas, recomenda-se o seguinte texto: SILVA, Cristhian Teofilo da; LORENZONI, Patricia. **A moldura positivista do indigenismo**: A propósito do Estatuto do Índio para a proteção de povos indígenas no Brasil. Brasília: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, 2012, 33 f.

² Pierre Bourdieu define capital social como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades

ensino superior. Desse modo, para a elite mato-grossense, havia duas saídas: atrair profissionais com titulação, formados em outros estados, ou criar universidades ou escolas de ensino superior. Conforme discorrido adiante, observar-se-á que, da primeira iniciativa de qualificar a própria mão de obra, até a criação de uma universidade, passaram-se cerca de um século e meio.

O presente artigo é um recorte e um aprofundamento das discussões realizadas na tese de doutorado *Universidade e história* (BENFICA, 2016). Apresenta-se, aqui, um histórico sobre a criação das universidades no antigo Mato Grosso, que aborda Mato Grosso do Sul, pois escolas de ensino superior foram criadas naquela porção do estado, antes da secessão. Já o estado de Rondônia, antigo território mato-grossense até 1943, não teve nenhuma escola de ensino superior antes desse período.

No decorrer do trabalho, uma vez estabelecidos os marcos factuais de implantações das instituições de ensino superior, são analisados, criticamente, os discursos e apontadas as disputas pelo poder que associam a criação dessas escolas à roupagem de agências modernizadoras, capazes de alavancar o desenvolvimento regional ou mesmo de transformação da realidade social. Ainda nesse trabalho contemplam-se parcialmente as iniciativas de expansão do ensino superior pós-divisão do estado, com enfoque às disputas ocorridas em Sinop em meio a instalação das atuais Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT e da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT.

2. PROFISSIONAIS DA MODERNIZAÇÃO: MATO GROSSO ANTES DAS UNIVERSIDADES

O ensino superior em Mato Grosso foi tirado, da inércia, por militares, religiosos e profissionais liberais; esses últimos compunham vários grupos profissionais, como, por exemplo, médicos, advogados e professores secundaristas. A maioria deles, ou era funcionário público, ou almejava seu lugar no Estado, e possuía acesso aos meandros do poder.

Na ausência de uma instituição de ensino, as famílias pertencentes à elite regional, estimulavam seus varões, que tinham inclinação aos estudos, a se deslocarem para os grandes centros urbanos para “diplomarem-se doutores”, e encaminhavam-nos, preferencialmente, para o Rio de Janeiro e São Paulo. Até meados do século XX, a maior demanda dos cuiabanos era a de advogados, para servirem e se servirem da máquina estatal, seguido da de profissionais da saúde, notadamente médicos e dentistas, e, também, por engenheiros civis, que iriam “construir” um Estado moderno. O treinamento de profissionais especializados em outros estados, gerava, de acordo com discursos oficiais, o problema de um fluxo migratório de filhos de proprietários ou de

comuns (...) mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis” (BOURDIEU, 2015, p. 75). Em outras palavras, o capital social é o conjunto de redes de amizade e coleguismo que o indivíduo possui, capaz de facilitar o acesso a informações e a pessoas que podem abrir portas para ele perseguir seus objetivos.

classe média, muitos dos quais não retornavam imediatamente a Mato Grosso, atraídos por oportunidades de emprego nas regiões em que foram formados, havendo, dessa maneira, uma dispersão da mão de obra almejada (ROSA, 1993). Certamente que isso ocorria, mas também havia a atração de trabalhadores qualificados para Mato Grosso, quando o capital econômico convertia-a em capital social, gerando então uma rede de sociabilidade que abria o leque para as oportunidades de manutenção da classe dominante, e gerava limitadas chances de ascensão social.

A primeira iniciativa de formar profissionais ocorreu em Vila Bela da Santíssima Trindade e em Cuiabá, no início do século XIX, por meio de aulas desenvolvidas em hospitais militares. No entanto, esse empreendimento visionário foi efêmero, teve curta duração e há poucos registros a respeito do mesmo (JESUS, 2004).

Passados cem anos da primeira tentativa, Mato Grosso teve duas outras iniciativas voltadas ao ensino superior, ambas frustradas: uma em Cuiabá e outra em Campo Grande, as cidades economicamente mais pujantes do estado. Em Cuiabá, no ano de 1936, foi criada a Faculdade de Direito de Mato Grosso, fechada no ano seguinte. Depois de ter sido reaberta na década de 1950, após mais turbulências do abrir e fechar de portas, ela se firma em 1956, consolidando a Faculdade de Direito de Mato Grosso, a instituição de ensino superior oficial mais antiga do Estado, que oferece, ininterruptamente, curso de graduação. Em Campo Grande, observa-se outra tentativa frustrada, embora tenha conseguido formar profissionais: tratava-se da Faculdade Mato-grossense de Odontologia e Farmácia de Campo Grande, que funcionou entre 1929 e 1933 “[...] e que, mesmo não tendo sido oficializada, formou uma turma de Farmacêuticos e uma de Cirurgiões Dentistas” (MAYMONE, 1989, p. 24). Essa iniciativa teria finalmente êxito com a implantação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso/FFOMT, em 1964, em Campo Grande, liderada por um tenente do Exército, Hércules Maymone, professor e diretor da Faculdade.

A rivalidade entre Cuiabá e Campo Grande também se dá no que se refere ao pioneirismo no ensino superior: Campo Grande foi a primeira cidade a formar profissionais de nível superior, embora elas não fossem reconhecidas pelos órgãos reguladores do Estado. Já, Cuiabá, foi a cidade que efetivamente formou profissionais, devidamente, sob os auspícios da legislação.

Na década de 1960, algumas escolas de ensino superior foram criadas pelo Estado, iniciando-se, o aqui se pode chamar, de “a era dos institutos” na história do ensino superior de Mato Grosso. As cidades que se orgulhavam do seu desenvolvimento econômico apresentavam a tendência de buscar implantar uma instituição de ensino superior, seja para garantir o progresso/modernização do capitalismo, seja para ampliar seu status simbólico.

Há que se destacar, contudo, que o fator determinante para a implantação dessas instituições era o capital político das elites regionais, capaz de negociar ou barganhar as benesses do Estado. A era dos institutos se iniciou sincronizada aos grupos de Cuiabá e de Campo Grande, para

atender às suas demandas, orquestrada pelo Conselho Estadual de Educação/CEE-MT, que contou, com muitos dos seus membros, os próprios professores abrigados por essas instituições que o Conselho autorizava o funcionamento.

A sede do CEE-MT foi estabelecida na capital do Estado, sendo ele um componente importante na expansão do sistema escolar estadual. Por meio da lei nº 2.629, de 26 de julho de 1966, foi criado o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá/ICLC, que formava sobretudo engenheiros e professores para o ensino secundário; a mesma lei também criava o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande/ICBCG, que concentrava cursos da área da saúde (BENFICA, 2016).

No final da década de 1960, mais dois institutos foram criados: o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá/ISPC, criado em 1967, com início das atividades no ano seguinte, articulado pelo médico Salomão Baruki, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas/ICHLT, criado em 1968, embora suas atividades começassem em 1970, que contou com a liderança de um salesiano, Padre Jair Gonçalves. A rigor, os institutos tinham autonomia administrativa, estando subordinados ao CEE-MT e ao seu mantenedor. Tal autonomia não aconteceu com o ICHLT, pois, sua ativação ocorreu apenas quando outra instituição maior o abrigou.

Importante lembrar que, a escola de ensino superior mais antiga que recebeu o nome de “instituto” não era pública, e situava-se em Campo Grande: era o Instituto Pedagógico São Vicente, mantido pela Missão Salesiana de Mato Grosso, que funcionou de 1948 a 1968, e formou professores, pedagogos e filósofos. No entanto, ele não era reconhecido pelo Estado. Por conta disso, as oportunidades de trabalho para os egressos não eram as melhores, embora, para a Igreja Católica, eles pudessem suprir parcialmente a demanda na formação de sacerdotes. Esse instituto serviu de suporte para a criação da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras/FADAFI, que posteriormente foi convertida na Universidade Católica Dom Bosco (BENFICA, 2016).

A “era dos institutos” duraria pouco. De modo geral, diferencia-se dos demais institutos, o criado pelos salesianos, e um instituto criado tardiamente, em Cáceres, no ano de 1978, onde se implantou o Instituto de Ensino Superior de Cáceres/IESC, o embrião da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT (ZATTAR, 2008).

A criação das escolas de ensino superior era alavancada pela ideologia do progresso, cujo foco privilegiado apontava o rumo para se criar cursos, cujos profissionais impactariam na economia do estado, ou seja, nos setores primário e terciário. Tal desejo materializou-se em Cuiabá e em Campo Grande, que cedo implantaram cursos economicamente relevantes das “áreas industriais” (BENFICA, 2016). Cuiabá diferencia-se de Campo Grande por abarcar, na criação do ICLC, cursos para a formação de professores, o que, inicialmente, não ocorreu no ICBCG. No

entanto, esse vácuo então existente na escola de ensino superior pública de Campo Grande era preenchido pela atuação dos salesianos, que dispunham de uma Faculdade para formação de professores secundaristas.

Assim sendo, para as elites políticas, o sentido modernizador da educação era a formação de profissionais que poderiam negociar, dia após dia, o seu saber, para convertê-lo em capital econômico; os discursos políticos apontavam o desejo da implantação de cursos de elite voltados para a elite; já a formação de professores era vista, de certo modo, como um encargo, como um “passo atrás” para se conseguir o desejado fim, ou, quando muito, uma condição para se alcançar o objetivo almejado; pois, antes de se poder oferecer a formação do “doutor médico”, do “doutor engenheiro” e do “doutor advogado”, era necessário a mão de obra qualificada para os estudos na escola secundária; na etapa seguinte, os professores, devidamente licenciados, entregariam suas “melhores crias” para o ensino superior. Tal argumento ficará mais bem elucidado na próxima explanação, na “era das universidades”, que começou evidenciando a divisão das classes sociais com a criação de um apêndice: a “era dos centros pedagógicos”.

2.1. As Universidades mato-grossenses

A “era das universidades” em Mato Grosso se inicia no contexto de intensificação do autoritarismo no Brasil, após a publicação do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Com a “linha dura” da ditadura militar no comando, a repressão à oposição não consentida ao regime foi ferrenha, o que causou a segunda onda de expurgos nas universidades já consolidadas dos grandes centros do país, e assim houve outra leva de professores e pesquisadores demitidos, e também de perseguição a líderes e participantes do movimento estudantil – muitos desses estudantes tornar-se-iam professores, que se destacariam em sua área de atuação (MOTTA, 2014). Mas, ao se fazer um balanço, a partir de um olhar acerca de Mato Grosso, o resultado de certas ações autoritárias dos autocratas, chegou a “favorecer” os projetos de criação e ampliação do ensino superior, pois, sobretudo, tendo em vista os jovens professores, que naquele momento encontravam-se no início de carreira, corajosos, idealistas, e, facilitados pelo seu capital social, ao verem cerceadas as oportunidades para seus projetos nos seus Estados de origem, destacando-se os do estado de São Paulo, rumaram a Mato Grosso: eram “refugiados” e professores agentes da modernização.

O antigo sul de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul, foi local de atração desses personagens, com destaque para os docentes que rumaram para as cidades de Corumbá e de Aquidauana, que acolheram professores atingidos pela repressão da ditadura militar (BENFICA, 2016).

Na esfera da política econômica, o contexto era de mudança. Depois de uma política anti-inflacionária, que causou recessão no país, o governo militar muda de estratégia e passa a intervir na economia, por meio de empréstimos estrangeiros, levando ao registro de altas taxas de crescimento, o que ficou conhecido como o “milagre econômico” (FICO, 2004). Mato Grosso também presenciou um período de grande desenvolvimento, atraindo as empresas privadas, por meio dos incentivos do governo federal³, mas também, contou com investimentos de recursos do próprio Estado, e assim, os projetos para as universidades foram contemplados.

Na virada da década de 1970, aceleram-se os esforços de modernização, e de um ano para outro, duas universidades foram criadas no Mato Grosso. A primeira delas foi destinada para Campo Grande, devido aos esforços de articulação política dos seus demiurgos, situação que causou ciúmes⁴ nos cuiabanos: em setembro de 1969, por meio da Lei estadual nº 2.947, estava criada a Universidade Estadual de Mato Grosso, que absorveu o ICBCG, a escola de ensino superior existente em Corumbá, e mais o projeto de Três Lagoas, e ainda previu outra escola de ensino superior para cidade de Dourados. Contudo, com o início da “era das universidades”, essa denominação ficaria mais restrita às “capitais” mato-grossenses, pois, nas unidades do interior, começava a “era dos centros pedagógicos”, denominação dada às unidades das universidades das cidades do interior do Estado. Cuiabá seria agraciada, após protestos das elites da capital, com a Universidade Federal de Mato Grosso, por meio da Lei federal nº 5.647, em dezembro de 1970, que absorveu a Faculdade de Direito e o ICLC, determinou a construção da Cidade Universitária em Cuiabá – depois da de Campo Grande – e ampliou a oferta de cursos de graduação.

Como foi possível a criação de duas universidades, em um estado que se dizia pobre e atrasado, em um período tão curto?

De 1966 a 1970, estava no governo Pedro Pedrossian, eleito pelo voto da população, engenheiro de formação, cujo projeto de governo estava voltado para a construção de obras de infraestrutura. A criação das universidades foi possível porque elas se ergueram sobre os ombros das faculdades e institutos que a precederam, e, dessa maneira, forneceram certa experiência institucional para seus agentes, de forma que as habilidades necessárias para um empreendimento de grande porte já haviam sido adquiridas e o Estado passou a dispor de lideranças políticas e institucionais no campo educacional.

³ Uma discussão sobre os programas do governo federal de estímulos econômicos na Amazônia é encontrada na seguinte obra: SOUZA, Edison Antônio. **O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso**. Cuiabá: Editora UFMT, 2013, 251 f.

⁴ Renata Freitas discute a criação da UEMT e da UFMT ao analisar o ponto de vista das redes de poder existentes em Cuiabá, perspectiva essa que a própria autora incorpora, na sua dissertação de mestrado publicada pela UFMT: FREITAS, Renata Neves Tavares de Barros. **Veredas da memória: a conquista do ensino superior em Mato Grosso**. Cuiabá: Editora UFMT, 2004, 161 f.

Os valores financeiros oriundos da venda de terras no norte do Estado, para empresas privadas, como as famosas colonizadoras SINOP e INDECO, em parte fluíram para a construção das cidades universitárias⁵. Essas iniciativas do governador “criador” de universidades, rendeu-lhe grande capital político, lembrado por ele mesmo, muitas vezes, no seu livro de memórias *O pescador de sonhos* (PEDROSSIAN, 2006) e por uma edição de propaganda dos feitos do seu governo *Álbum especial do Govêrno de Pedro Pedrossian*.

As legislações que regulamentavam o papel da universidade brasileira, ganham corpo com a Lei 5.540, de 1968, conhecida como “Reforma Universitária”, que deu destaque ao ensino e a pesquisa e, com um peso menor, a extensão. Buscando seguir essa diretiva, é inegável que as universidades contribuíram para o desenvolvimento regional, com atuação, sobretudo na formação de mão de obra, mas também, alavancando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com ações pontuais de extensão universitária. Não obstante, elas também renderam a seus demiurgos os dividendos, na forma de ampliação do capital político, ampliação da oferta de empregos em forma de cargos públicos, e também, na propalada diminuição do fluxo migratório dos jovens profissionais, agora realizada no próprio estado. A iniciativa privada beneficiou-se, não apenas com a maior oferta de trabalhadores especializados, mas também, com a inflação do mercado de títulos universitários⁶, reduzindo o custo do trabalho que exigia alta especialização.

Durante a década de 1970, a pujança da “era das universidades” foi claramente percebida nas cidades sedes das reitorias da UEMT e da UFMT, pois, lá se concentraram os cursos economicamente “mais impactantes”, como, por exemplo, Direito e Medicina. Até a década de 1970, praticamente todas as cidades polos de Mato Grosso dispunham de uma escola de ensino superior. As unidades do interior da UEMT foram chamadas de Centros Pedagógicos, concentradas na porção sul do antigo Mato Grosso, pois essas demonstraram mais eficiência na articulação política estadual.

Em ordem cronológica, foram implantadas unidades que pertenceram à UEMT nas seguintes cidades: Corumbá, em 1968; Três Lagoas, em 1970, Dourados e Aquidauana, em 1968, e no “centro” do estado, em Rondonópolis, no ano de 1976. O caso de Rondonópolis representa a última expansão da “era dos centros pedagógicos” da UEMT. Com relação à UFMT, nota-se, na

⁵ MATO GROSSO. *Álbum especial do Govêrno de Pedro Pedrossian. Mato Grosso, um salto no tempo*. Brasília: C. R. Editôra, 1971.

⁶ Pierre Bourdieu, ao analisar a ampliação do sistema de ensino e do nível de escolaridade francês, faz a seguinte assertiva: “a entrada de frações, até então fracas utilizadoras da escola, na corrida e na concorrência pelo título escolar, tem tido como efeito obrigar as frações de classe, cuja reprodução era assegurada principal ou exclusivamente pela escola, a intensificar seus investimentos para manter a **raridade relativa de seus diplomas** e, correlativamente, sua posição na estrutura de classes; nesse caso, o diploma, e o sistema escolar que o confere, tornam-se assim um dos objetos privilegiados de uma concorrência entre as classes que engendra um crescimento geral e contínuo da demanda por educação e uma **inflação de títulos escolares**” (BORDIEU, 2015, p. 166). Grifos meu.

primeira expansão coordenada pela mesma, a criação de um centro pedagógico, na cidade de Barra do Garças, o homônimo “Centro Pedagógico de Barra do Garças”, em 1981.

Conforme já exposto, os Centros Pedagógicos da UEMT ofereciam, inicialmente, quase que exclusivamente, cursos de licenciatura. Naquele momento, a maioria da população do Estado era analfabeta, e os professores diplomados no ensino superior eram escassos. Nesse contexto, poderia se apontar outras cidades que necessitavam com urgência de formação de professores, mas que não foram diretamente contempladas com um Centro Pedagógico.

Então, por que não foi realizada mais essa expansão?

Para responder à pergunta sobre essa possível falta, observar-se-á a situação de uma presença, a do Centro Pedagógico de Aquidauana/CPA, pois ela destoa do contexto das demais cidades polos, das verdadeiras potências regionais em ascensão ou então, que já tinham sua hegemonia assegurada, como era o caso de Corumbá.

A cidade de Aquidauana situa-se a uma centena de quilômetros de Campo Grande, e o trânsito entre essas cidades era favorecido pela estrada de ferro Noroeste do Brasil/NOB, portanto, isso poderia facilitar a migração de jovens estudantes para um grande centro regional. Contudo, o que explica a existência do CPA naquele momento era a habilidade da sua elite política, com forte inserção na esfera estadual, que dispunha de quadros competentes para a implantação da escola de ensino superior, com destaque para a primeira diretora do CPA, Dóris Mendes Trindade, filha de um comerciante local bem estabelecido (BENFICA, 2016). Na década de 1960, Dóris trabalhou no Serviço de Ensino Educacional/SEV, no estado de São Paulo, onde ela foi coordenadora de área, formada em Letras Neolatinas pela “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*”, em 1957.

Vale destacar que essa professora é um exemplo de uma filha da boa sociedade que procurou um grande centro populacional para estudar, e por isso foi atraída pelas oportunidades de crescimento profissional⁷. Ela retornou definitivamente para Aquidauana por ter sido atingida pela repressão da ditadura militar, que desmontou a estrutura das escolas experimentais do SEV, e ainda trouxe consigo um grupo de professores para dar início à instalação do CPA. Também corrobora ao argumento, o fato de que o CPA não teve a sua criação contemplada nas primeiras leis que regulamentaram a criação da UEMT, a qual citava a criação das unidades em Corumbá, Três Lagoas e Dourados (BENFICA, 2016). Isso demonstra, portanto, que o CPA não teve a sua criação

⁷ Após concluir o curso de graduação, Dóris retorna a Aquidauana e posteriormente assume o cargo de diretora do Colégio Imaculada Conceição. Entre março e dezembro de 1964, Ela retorna a São Paulo para obter outro título escolar, por meio do *Curso de Especialistas da Educação em América Latina*, organizado pelo Instituto de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura. Na ocasião, ela conhece as proposta pedagógica endereçada ao SEV, instituição da qual ela fez parte até o ano de 1969, quando a ditadura começou a desmantelar a escola experimental (BENFICA, 2016).

prevista nos planos iniciais da UEMT, e que a sua implantação foi arranjada por meio das articulações políticas no Estado.

No sul do antigo Mato Grosso, Dourados era o município com as terras mais férteis do Estado, e a agricultura monocultora concentrava capitais de modo a dinamizar o setor de comércio, que também absorvia as energias mercantis das cidades vizinhas. Quando a criação da escola de ensino superior estava garantida para essa cidade, um grupo de vereadores deixava o fato registrado, após “várias campanhas [que] foram encetadas nesse sentido e hoje concretizado aquele sonho, para a alegria de todos nós que amamos esta terra de Antonio João e Marcelino Pires”⁸. Naquele contexto, setores da sociedade pressionavam os vereadores para fornecerem auxílio financeiro, doações de materiais ao Centro Pedagógico de Dourados/CPD, e ainda faziam sentir seus anseios refletidos no governo estadual.

Uma vez implantado o CPD, observa-se que a maioria dos professores migrou do Estado de São Paulo, e lá se formou um grupo dinâmico que, após a federalização da Universidade, com a divisão do Estado, que criou o estado de Mato Grosso do Sul, o campus de Dourados tornou-se a maior unidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul fora da sede e, em 2005, as articulações políticas, em nível municipal, estadual e federal, criaram a Universidade Federal da Grande Dourados, reafirmando a hegemonia de Dourados no interior do Estado, passando a ser a sede, tanto de uma universidade federal, quanto a de uma universidade estadual: a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS.

O caso de Dourados assinala a importância da articulação política no campo educacional, pois, quase todos os seus professores, nos primeiros anos do funcionamento do Centro Pedagógico de Dourados, foram “importados” para o CPD, de modo que é possível afirmar que Dourados era bem servido de agentes políticos, mas era carente de agentes institucionais no campo educacional, situação essa, que foi, aos poucos, revertida através do desenvolvimento das atividades do Centro Pedagógico.

O caso de Dourados é exemplar para compreender a exposição da concepção de modernização legada ao ensino superior. O primeiro e maior anseio da elite douradense era a criação do curso de Agronomia, cujos esforços políticos notam-se na criação da Faculdade de

⁸ *Justificativa encaminhada aos vereadores do município de Dourados-MT*, enviada ao prefeito da cidade em 1971, para votar a aprovação de auxílio financeiro ao Centro Pedagógico de Dourados, no valor de hum mil e quinhentos cruzeiros, a partir do mês de abril do referido ano. A Câmara Municipal de Vereadores de Dourados também interessava-se pelo ensino de 2º grau, pois, no mesmo documento, consta a provação de crédito especial de Cr\$ 15.000,00 destinado à ajuda de “formatura de diversos estabelecimentos de ensino do nível médio da cidade”. Na mesma sessão, a Câmara se manifestou favoravelmente sobre a “necessidade de se formar uma comissão de alto nível para verificar as possibilidades da municipalidade adquirir livros destinados as pesquisas, para aumentarem o acervo da Biblioteca Municipal 'Vicente de Carvalho’”. Resumo dos trabalhos legislativos da 26ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal. Dourados, 09 de março de 1971. Arquivo Institucional da UFGD.

Agronomia de Dourados, em 1968⁹, porém, essa escola não foi implantada. O sonho dessas elites não pôde ser então realizado porque havia carência de professores devidamente habilitados para o próprio ensino secundário naquela cidade, fato que permite inferir que não se dispunha de mão de obra docente para implantar uma escola de ensino superior. A fim de contornar a situação, uma estratégia foi traçada: criar dois cursos de licenciatura curta, em Letras e Estudos Sociais, dando início aos trabalhos pedagógicos e administrativos, e, em seguida, buscar tornar possível a Licenciatura em Ciências, de modo a viabilizar os laboratórios para a formação de professores, que seriam futuramente compartilhados com o bacharelado em Agronomia, este sim, o curso que produziria técnicos para impactar a economia por meio dos estudos e da modernização da agricultura (BENFICA, 2016). A estratégia provou seu mérito: em 1975 foi criada a graduação de Licenciatura Curta em Ciências Físicas e Biológicas e, no ano de 1978, o tão sonhado curso de Agronomia.

Já o Centro Pedagógico de Rondonópolis/CPR carecia de demiurgos locais, e sua criação foi alavancada por professores do Centro Pedagógico de Rondonópolis/CPR, que haviam visitado a localidade, para lecionar nos cursos de licenciatura curta parcelada em período de férias do calendário letivo, para a formação de professores. De 1976 a 1978, o CPR foi uma das unidades da UEMT, e com a divisão do Estado, foi absorvido pela UFMT, em 1979, sendo a primeira unidade da UFMT fora da capital Cuiabá. A partir daquele ano, a UEMT foi federalizada e extinta, passando a ser denominada Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS.

A história da primeira escola de ensino superior de Rondonópolis está vinculada a uma experiência de sucesso da UEMT, que foi a criação dos cursos parcelados de licenciatura curta, geralmente, oferecidos a cidades relativamente próximas a sede de um Centro Pedagógico. Obviamente que esse não foi o caso em questão, dada a enorme distância que separa Corumbá a Rondonópolis. Certo é que esses cursos se somaram à representação da pujança da jovem UEMT, de modo que se pôde visualizá-la por meio da expansão das suas atividades: a criação de novos cursos contínuos, na própria sede, ou, por meio do oferecimento de cursos temporários, no formato das licenciaturas curtas parceladas, que habilitavam os professores para lecionar no ensino primário que a lei 5.692/71 havia instituído – que correspondia às antigas 1ª a 8ª séries. Esse trânsito dos professores para diversas cidades do Estado também proporcionou aos professores um conhecimento maior da realidade local, posto em serviço nas articulações políticas e também para as formulações de projetos de pesquisa, seja na identificação de locais para serem trabalhados como campos de pesquisa, ou como no caso do historiador, na identificação de fontes documentais para a pesquisa histórica, que seriam desenvolvidos na pós-graduação.

⁹ Criada pela Lei estadual nº 2.851, de 1968.

Com a divisão do Estado, vê-se que Mato Grosso do Sul estava mais bem servido de unidades universitárias do que Mato Grosso. Se a Universidade foi o reflexo ou a alavanca para o desenvolvimento econômico dos Estados, fazer uma afirmação desse tipo, pode ser um tanto radical e a resposta seria mais de caráter especulativo. Apesar de as universidades produzirem, sim, certo impacto econômico, os discursos que defendem o papel dessas instituições estão na esfera política, e corroboram à ideologia dos seus grupos. O fato é que a implantação de universidades está submetida às regras do campo político; desse modo, as cidades disputaram entre si essas escolas, como estratégia para afirmar a sua hegemonia regional e para se consolidar como cidade polo no setor de comércio e serviços.

Para tentar avançar a discussão, com elementos empíricos, se se tomar as maiores cidades de Mato Grosso, de acordo com o censo de 1970, temos a seguinte cifra, somado toda a população, urbana e rural: “Campo Grande (143 271), Cuiabá (103 427), Cáceres (86 552), Corumbá (82 706), Dourados (79 958), Rondonópolis (63 098), Três Lagoas (56 231), Fátima do Sul (41· 409), Glória de Dourados (41 149) e Ponta Porã (34 482)”. Já as cidades com mais de dez mil habitantes eram: “**Campo Grande** (130 792), **Cuiabá** (83 621), **Corumbá** (48 607), **Três Lagoas** (40 157), **Dourados** (25 977), **Rondonópolis** (23 124), **Aquidauana** (16 534), **Cáceres** (16 102), Ponta Porã (12 684) e Bela Vista (10 563)”.¹⁰ Conforme se observa, a população urbana das sete maiores cidades de Mato Grosso receberam uma escola de ensino superior, e o que destoa é apenas a ordem cronológica das três últimas cidades a receberem-nas, com a cidade de Rondonópolis tendo ficado para trás.

Quando comparados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a expansão de cursos de graduação no primeiro estado foi mais contida do que no segundo. Mas a expansão futura que ocorreria, no Mato Grosso pós-divisão, segue a mesma tendência verificada, qual seja, a criação de unidades universitárias em cidades polos, contribuindo para fortalecê-las nas disputas pela hegemonia regional.

2.2. As universidades públicas no Mato Grosso contemporâneo

Quando se concluiu o processo da divisão, em Mato Grosso havia escolas de ensino superior na capital Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres. A UFMT concentrou os seus cursos na sede da reitoria ainda mais do que a UEMT/UFMS. A primeira unidade da federal mato-grossense fora da sede foi imposta à reitoria, pois, com a divisão do Estado, o Centro Pedagógico de Rondonópolis não poderia ficar mais subordinado a Campo Grande, e assim uma determinação federal subordinou

¹⁰ Grifos meu. BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenseamento Geral, 1970, p. 15-16. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_mt.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2020.

o CPR à UFMT. Nas décadas seguintes, a Universidade de Rondonópolis crescerá acentuadamente, a ponto de se configurar como a maior unidade do interior da UFMT, até ser emancipada, com a criação da Universidade Federal de Rondonópolis/UFR, em março de 2018¹¹.

No ano de 1978, era criada uma tímida escola de ensino superior no pantanal mato-grossense. Tratava-se do Instituto de Ensino Superior de Cáceres/IESC, uma autarquia municipal, que passou para as mãos do Estado em 1985 com o nome de Fundação Centro Universitário de Cáceres. A ascensão da escola de Cáceres foi grande, pois em 1989 ela muda o nome para Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (ZATTAR, 2008). Em janeiro de 1992, a instituição em causa muda novamente o nome para Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso/FESMAT, uma vez que ela já não estava mais restrita a Cáceres, pois havia se expandido para núcleos de ensino criados em outras cidades, com destaque para a região norte do Estado. Finalmente, em 1993, por meio da Lei Complementar Estadual nº 030, a escola de ensino superior estadual se consolida com a denominação de Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT (CUNHA, 2010).

O caso de Cáceres é semelhante ao de Corumbá: primeiramente, um grupo de professores, associados a políticos locais, criam um instituto de ensino superior subordinado à prefeitura municipal – em Corumbá, havia a cobrança de mensalidades, mas que eram insuficientes para a manutenção da saúde financeira da instituição; após o início das atividades, os dirigentes das instituições aguardaram a oportunidade de passar a escola de ensino superior para as mãos do Estado. Em seguida viriam os projetos de expansão, como os cursos de licenciatura parcelada oferecidos em núcleos fora da sede, e foi justamente com essa expansão, após a instalação de um campus permanente em Sinop, e de outros núcleos de ensino, temporários ou não, que Cáceres conseguiu ser a sede da segunda universidade estadual de Mato Grosso.

Tal leitura também é compartilhada por Marion Cunha, docente da mesma instituição: “A intenção do presidente da FCESC, Carlos Alberto Reyes Maldonado, não deixa dúvidas que a implantação de Sinop foi experimental para servir ao propósito de expansão da FCESC e a futura criação de uma universidade estadual no Mato Grosso” (CUNHA, 2010, p. 173). Neste trabalho, os argumentos analisados levam a considerar que a expansão de cursos universitários não é simplesmente decorrente da intenção de se espalhar o “processo civilizador”, do conhecimento iluminista, por meio de uma instituição, mas configura-se em uma jogada política, e a aparência do ato de “dar”, talvez esconda, os tentáculos da subjugação, para daí ver o ato de “receber”.

¹¹ Conforme a página *web* da própria instituição. Disponível em: <<https://ufr.edu.br/institucional/ufr/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Com relação à UFMT, conforme já mencionado, a primeira expansão planejada ocorreu em direção à cidade de Barra do Garças, em janeiro de 1981, com a criação do Centro Pedagógico de Barra do Garças, portanto, destinado inicialmente a oferecer cursos de licenciatura, tendo aberto as portas com os cursos de Licenciatura Plena em Letras e a Licenciatura Curta em Ciências.¹² Atualmente, é a unidade da UFMT que mais oferta cursos de graduação fora da sede da reitoria, excluindo o ex campus da UFMT de Rondonópolis.

No norte do Estado, Sinop é o município de Mato Grosso mais jovem a receber uma escola de ensino superior. A UFMT se fazia presente no município desde 1992, quando foi criado o Instituto Universitário do Norte Matogrossense/IUNMAT, que ofereceu cursos na modalidade de turmas especiais, tais como Geografia, Ciências Contábeis, Educação Física, Direito e Engenharia Florestal.¹³ As aspirações da elite local para a instalação de uma escola de ensino superior remontam a 1981, quando a cidade tinha apenas dois anos de emancipação política, por meio da doação do terreno para a construção do prédio das futuras instalações da Universidade Federal, cedido pela Colonizadora Sinop.

A primeira escola de ensino superior pública permanente em Sinop foi instalada em 1990. Ela era uma extensão da Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres. Diferentemente do tratamento concedido à UFMT, a faculdade estadual funcionou, inicialmente, em espaços improvisados, antes mesmo da definição do local em que o prédio seria construído; e precisou arregimentar doações da comunidade para viabilizar o próprio funcionamento, e para isso teve apoio da Igreja Católica. A prefeitura, por outro lado, além de não dar o devido suporte financeiro para a instalação dessa escola, fez dificultar as coisas, conforme registros do jornal *Gazeta Regional*, de setembro de 1991: “As alegações do Executivo e por parte da maioria do Legislativo, são de que os cursos ora em funcionamento em Sinop, através desta Fundação, não são Reconhecidos e Legais, e que, somente após regularizados e formalizados é que serão autorizados os repasses dos recursos” (In: CUNHA, 2010, p. 185).

Percebe-se que os políticos locais não demonstraram boa vontade na acolhida da nova escola, e ainda trataram de manchar a imagem da Instituição, sublinhando, em nível discursivo, ela estar fora de legalidade. Uma vez que o discurso que se associa à universidade no campo político vincula o papel de promover progresso e o desenvolvimento social e econômico, qual seria a causa do afastamento da elite política local na instalação de uma escola de ensino superior pelo Estado?

¹² Resolução nº 13 de 1981, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT. Disponível em: <<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/OpenResolucao.aspx?resolucaoUID=1108&ano=1981&tipoUID=1>>. Acesso: 8 jul. 2020.

¹³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal de Mato Grosso. Projeto Pedagógico do Curso de Química. Sinop, 2009. Disponível em: <<https://sistemas.ufmt.br/ufmt.ppc/PlanoPedagogico/Download/806>>. Acesso: 8 jul. 2020.

Sinop seria uma cidade tradicionalista, a ponto de recusar as possíveis mudanças provenientes de um povo mais bem educado?

As argumentações de Marion Cunha permitem observar dois motivos que produziram o “arrepio” da elite política local, no processo de instalação da faculdade estadual. O primeiro fator é propriamente político, pois, sendo Sinop uma cidade politicamente conservadora, uma vez que empresas locais, e a própria Colonizadora Sinop, tiveram estreitos laços com a ditadura militar, os partidos políticos originários da dissolução da Aliança Renovadora Nacional/ARENA buscavam manter sua hegemonia na cidade, e sentiram-se incomodados com um projeto político encampado por um partido então de oposição àquela elite, que havia chagado ao poder no Estado a contragosto da mesma:

Em 1990, o governo do estado de Mato Grosso estava sob a direção do PMDB. O governador era Carlos Gomes Bezerra (1987 - 1990). As forças políticas desse partido tinham pouca inserção na cidade de Sinop, em função de alguns de seus representantes não serem consignatários dos empresários locais, dos madeireiros e empresários rurais, e tampouco da Colonizadora. Sua força principal estava ligada a um grupo de professores (CUNHA, 2010, p. 154).

Cunha argumenta que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB era visto, na virada da década de 1990, como um partido de esquerda, portanto com potencial para atrapalhar as negociações locais, e que poderia inserir na cidade professores contestadores, críticos dos interesses dos grupos capitalistas locais; uma vez que os primeiros professores da escola de ensino superior eram próximos a professores militantes e filiados ao Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso/SINTEP-MT.

Na sua análise, Cunha vai mais longe, tecendo duras críticas a Colonizadora Sinop, de modo a representá-la, com outras palavras, algo parecido como a personificação dos interesses do capitalismo parasitário na região. Desse modo, a formação de professores, por docentes críticos, poderia ameaçar os interesses da hegemonia capitalista, tal como argumenta o autor: “São manifestações reais das contradições produzidas entre a existência do trabalho, na particularidade do migrante professor, e as relações concretas do capital, na forma de colonização, em que a hegemonia capitalista procurava conter / dirigir” (CUNHA, 2010, p. 120).

Esse tipo de concepção, que coloca a universidade como possível agência capaz de direcionar o progresso moral da sociedade, é encontrada na documentação oficial das instituições de ensino, seja em documentos que buscavam justificar a demanda para a criação de novos cursos, e ainda em muitos dos atuais projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Esse tipo de concepção iluminista da educação foi encontrado na documentação de instituições escolares desde a década de 1960. Se isso está certo ou errado, o julgamento parece variar conforme a ideologia dos grupos sociais (cf. NEVES, 2010; BENFICA, 2016).

No entanto, esses discursos, emitidos por agentes autorizados ou em processo de busca de reconhecimento, podem ser lidos como representações ideológicas direcionadas ao campo político, são símbolos que possuem o poder de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo (...) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2003, p. 14). De todo modo, o que a elite política sinopense, almejava era o mesmo objetivo desejado claramente pela elite de Dourados e nas outras localidades que foram criadas escolas de ensino superior: cursos que “davam dinheiro”, ou seja, formação de profissionais liberais das tradicionais profissões “doutorescas”¹⁴, para atuar no setor de serviços e na agropecuária. E isso ficou claro, quando a UFMT se instala definitivamente em Sinop, com os seguintes cursos: Agronomia, Enfermagem, Engenharia Florestal, Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática – com habilitação em Química, Física e Matemática –, Medicina Veterinária e Zootecnia. Com exceção do curso de Ciências Naturais e Matemática, os demais são cursos de bacharelado, formando então doutores e engenheiros. No ano de 2014, mais um importante bacharelado foi criado: o curso de Medicina.

A UNEMAT, por muitos anos, ofereceu apenas três cursos de licenciatura, os mesmos que lhe permitiu abrir as portas: Letras, Pedagogia e Matemática. No entanto, a expansão dos cursos tomou o mesmo rumo das demais localidades estudadas, pois essa expansão se deu, preferencialmente, com a criação de cursos de bacharelado, que são hoje a maioria dos cursos ofertados no *campus* de Sinop.

Há que se destacar que, com quase trinta anos de funcionamento, ela foi agraciada com apenas um novo curso de licenciatura, que foi o de Geografia¹⁵, transferido do município de Colíder, no mesmo processo de transferência do curso de Bacharelado em Computação,¹⁶ ambos ameaçados de fechar as portas devido à baixa demanda naquela localidade. Dessa forma, tendo em vista as argumentações de Cunha (2010), que legavam à UNEMAT um papel de combate à hegemonia do grande capital, “personificado” pela Colonizadora Sinop, a Universidade Estadual alterou sua vocação inicial de formação de professores, e parece ter se conformado com a mentalidade empresarial, contribuindo para a manutenção da hegemonia das cidades polos, sobretudo, no caso de Sinop.

¹⁴ Gilberto Freyre afirma, referindo-se aos cristãos novos da sociedade colonial luso-brasileira, que a advocacia, a medicina e tornar-se lente no ensino superior, era a “maneira ideal de se aristocratizarem”. Em outra passagem, Freyre também nota o gosto pelo bacharelismo da cultura brasileira: “E a mania de sermos todos doutores em Portugal e sobretudo no Brasil – até os guarda-livros bacharéis em comércio, os agrônomos, os engenheiros, os veterinários – não será outra reminiscência sefardínica?” (FREIRE, 1998, p. 229)

¹⁵ Conforme Portaria nº 2709/2015, que designou os membros para transferência de localidade, da cidade de Colíder para Sinop. Disponível em: <http://www.unemat.br/portarias/portarias/8500_2709_2015.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

¹⁶ A justificativa para a transferência do curso de Computação, da cidade de Colíder para Sinop, está disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3423_res_conepe_55_2013.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 2000, entra em cena nos municípios do norte de Mato Grosso o capital privado no ensino superior, que se aproveitou da disponibilidade de mão de obra, sobretudo a que foi formada pelas universidades públicas, e pelo financiamento das mensalidades com o dinheiro público. Nesse contexto, observa-se a diminuição da pressão pela abertura de novos cursos nas universidades públicas da região. A atuação da escola-empresa no ensino superior, no oferecimento de cursos de graduação e de especialização, apresenta-se com mais dinamicidade, de acordo com as regras do mercado, do que as universidades públicas, e hoje elas exercem forte concorrência às escolas gratuitas no oferecimento de cursos de graduação, tanto na modalidade de ensino presencial, quanto na de Educação a Distância e em cursos híbridos.

A atuação das faculdades privadas chega a dificultar a captação de alunos por certos cursos, sobretudo, os cursos de licenciatura, e alguns cursos ofertados em período integral. E, no caso de Sinop, a disponibilidade de professores que são atraídos para a região, trabalhadores formados em outras localidades, ou melhor, em outros Estados, deixou mais confortável o cenário de importação de docentes que atuam no ensino básico.

Portanto, apesar de a ideologia do progresso ser utilizada por agentes do campo educacional, que legam à educação institucional o papel de transformação da realidade, o que se observa é mais uma acomodação ao contexto do momento, com as universidades contribuindo, sim, para a modernização das relações econômicas, legando certo impacto no contexto social. No entanto, elas não atuam de modo independente do contexto nacional, e muitas vezes seguem a corrente dos acontecimentos, pois, seu poder de atuação é limitado. Um exemplo disso é percebido quando se observa a concentração demográfica em determinadas cidades do Estado, cujo quadro pouco se alterou nas últimas décadas.

Importa frisar que, dessa forma, a universidade não parece ter sido necessariamente uma agência de transformação da realidade social, e sim, corroborou para a manutenção da hegemonia de determinadas cidades. E ainda existem cidades contempladas com escola de ensino superior pública, que aos poucos caíram nos índices das cidades mais populosas, como é o caso de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, e as projeções para Cáceres, sede da UNEMAT, que mais uma vez deve descer no *ranking* das cidades mais populosas de Mato Grosso, passando a ocupar a sexta posição, ultrapassada pela cidade de Tangará da Serra¹⁷.

Ainda no caso de Sinop, observou-se conflitos com relação ao desejo das elites locais preferirem a UFMT a uma universidade estadual na cidade. Esse tipo de dissenso certamente prejudicou a expansão planejada do ensino superior público na própria cidade. Quando se observa o

¹⁷ Essa informação está disponível em: <<https://www.amm.org.br/Noticias/Barra-do-garcas-chega-a-60-mil-habitantes-e-esta-entre-as-10-maiores-cidades-de-mt/>>. Acesso em: 11 de jul. 2020.

caso das universidades em Dourados e Rondonópolis, nota-se que, após a universidade se fortalecer, o próximo passo é a independência dessas grandes unidades do interior, mas, sendo a instalação das universidades fruto da vontade e da articulação política, Sinop terá mais dificuldades para seguir essa tendência, mesmo após ter consolidado sua hegemonia regional, da qual as universidades são peças importantes no tabuleiro do jogo social.

REFERÊNCIAS

BENFICA, T. A. H. **História e universidade**: a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990). 2016. 373 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. 279p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003. 322p.

CUNHA, M. M. **O trabalho de professores e a Universidade do Estado de Mato Grosso em Sinop/MT na década de 1990**: o sentido do coletivo. 2010. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998. 563p.

FICO, C. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. 391p.

GALETTI, L. S. G. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

JESUS, N. M. Aulas de cirurgia no centro da América do Sul (1808-16). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 93-106, 2004.

MAYMONE, H. **Da Farmácia e Odontologia à Universidade**: memórias. Campo Grande: Editora UFMS/Núcleo de Imprensa Universitária, 1989.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014. 429p.

NEVES, J. **O Ensino Público Vocacional em São Paulo**: renovação educacional como desafio político (1961-1970). 2010. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEDROSSIAN, P. **O pescador de sonhos**: memórias. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006. 275p.

ROSA, J. P. **As duas histórias da Universidade: 1966-1978.** Campo Grande: Editora UFMS, 1993. 119p.

ZATTAR, N. B. S. **Do IESC à UNEMAT: uma história plural 1978-2008.** Cáceres: Editora UNEMAT, 2008. 223p.